



# XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

**GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação**

**PROTAGONISMO DAS MULHERES USUÁRIAS DA CASA ABRIGO: ASAS DA INFORMAÇÃO**

***PROTAGONISM OF THE WOMEN USERS OF THE HOUSE SHELTER: WINGS OF INFORMATION***

Aurekelly Rodrigues da Silva - Universidade Federal da Paraíba

Gisele Rocha Côrtes - Universidade Federal da Paraíba

**Modalidade: Resumo Expandido**

**Resumo:** Objetiva verificar como a mediação da informação contribui para o desenvolvimento do protagonismo social de mulheres usuárias da Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica em iminente risco de morte. Do tipo descritiva e de natureza qualitativa, a pesquisa utilizou fontes documentais e entrevistas. Para analisar os dados, utilizaram-se a estatística descritiva e análise de conteúdo. Verificou-se que a mediação da informação é substrato do processo de protagonismo social das mulheres, por proporcionar a geração de conhecimentos que potencializam o enfrentamento da violência e trazer esperança para uma nova forma de viver, de se enxergar e de agir socialmente.

**Palavras-chave:** Protagonismo social; Mediação da Informação; Mulheres; Casa Abrigo; Violência contra mulheres.

**Abstract:** It aims to verify how the mediation of information contributes to the development of the social protagonism of women users of home shelter for women victims of domestic violence in imminent risk of death. Descriptive type and qualitative nature, we used documentary sources, and interviews. In the data analysis, descriptive statistics and content analysis were used. It was verified that the mediation of information becomes a substrate of the process of social protagonism of women by providing the generation of knowledge that potentializes the coping of the situation of violence, besides bringing hope to a new form of To live, to See, to act socially.

**Keywords:** Social protagonism; Information mediation; Women; Shelter House; Violence against women.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica continua sendo uma cruel realidade no Brasil e configura-se como um fenômeno transversal e multidimensional de violação dos direitos humanos que atinge mulheres, independentemente de raça/etnia, classe social, grau de escolaridade e regionalidade. O Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al*, 2019) aponta os números da violência de gênero no Brasil e retrata que, em 2017, houve um crescimento do número de homicídios femininos no país, que atingiram treze assassinatos por dia. As violências são praticadas, geralmente, pelos companheiros no espaço doméstico e familiar. É importante salientar que os dados de violência contra mulheres são subnotificados, porque não existe um sistema nacional de informação voltado para monitorar os indicadores de violência e para aperfeiçoar as políticas públicas, a fim de coibi-la, puni-la e erradicá-la. Outro fator importante diz respeito aos desafios subjetivos e objetivos enfrentados pelas mulheres para expor a situação, efetivar a denúncia e buscar apoio: medo, vergonha, culpa, dependência econômica e falta de acesso à informação sobre os órgãos de atendimento. Tavares, Sardenberg e Gomes (2011) asseveram que as raízes sociais da violência doméstica resultam das relações de poder, de controle e de dominação construídas e reproduzidas na sociedade em detrimento das mulheres, que atingem o ápice com o feminicídio. O protagonismo do movimento feminista e de mulheres que emergiu no Brasil, na década de 1970, foi responsável pelo processo de reconhecimento e visibilidade da violência doméstica, até então considerada como um problema de cunho privado. Sob a influência e a pressão dos movimentos feministas, o Estado criou políticas públicas específicas, como, por exemplo, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, os Centros de Referência da Mulher, os órgãos de políticas para as mulheres e as Casas Abrigo, foco deste estudo (TAVARES, SARDENBERG, GOMES, 2011; BORGES, OLINTO, LETA, 2014).

As ações desenvolvidas pelas políticas públicas têm significado um impulso importante para reverter o cenário da violência, engendrado em uma sociedade predominantemente machista e misógina, marcada por profundas desigualdades de gênero. O conceito ‘gênero’ desvela que, longe de ser natural, a desigualdade entre mulheres e homens se produz e reproduz culturalmente no enredo das relações sociais (SAFFIOTI, 1999).

Assim, reconhece-se a informação como uma ferramenta fundamental para enfrentar a violência doméstica, pois, como fenômeno social, capaz de modificar as estruturas cognitivas e gerar conhecimento no sujeito, pode alterar pensamentos e ações e ser “[...] capaz de criar

ou informar novos contextos de significado [...]” (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 8). A partir desse entendimento, questiona-se: Como a mediação da informação dinamizada na Casa Abrigo (CA) contribui para potencializar o processo de protagonismo social das mulheres para o enfrentamento da violência doméstica? Com esses direcionamentos, este estudo objetiva apresentar a CA e investigar como a mediação da informação contribui para promover o protagonismo social das mulheres para o enfrentamento da violência doméstica.<sup>1</sup>

## **2 PROTAGONISMO SOCIAL**

O termo protagonismo tem sido utilizado em vários campos da ação social, especialmente, na esfera das lutas por direitos e no enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afeta a todos (as), conforme Perrotti (2017). Nessa perspectiva, depreende-se que o (a) protagonista é aquele (a) que luta não só contra, mas também a favor de alguma causa para construir um mundo melhor, onde todos (as) se beneficiem com as conquistas advindas de ações protagonistas, ancoradas em princípios axiológicos, como, por exemplo, o “viver junto” (PERROTI, 2017).

Ao empreender a interface do protagonismo com o fenômeno informacional, Gomes (2019) enuncia que, posteriormente ao processo de interpretação e significação, a informação se configura como um elemento que possibilita ao indivíduo compreender a realidade de forma crítica. Assim, entende-se que, para ser protagonista, é necessário ter consciência do papel da informação e de sua capacidade de ressignificar. Logo, os sujeitos informacionais se tornam protagonistas na medida em que se apropriam de informações e constroem sentidos e significados por meio de suas práticas sociais, como produtores (as) e disseminadores (as) de informações. O processo de mediação da informação relaciona-se às conexões instituídas entre as ações sociais dos sujeitos, “[...] como sinônimo de processos de interlocução e/ou interação entre os membros de uma comunidade, por meio dos quais os laços de sociabilidade são estabelecidos e alimentados” (ALMEIDA, 2009, p. 16). Nesse sentido, considera-se que as mulheres vítimas de violência doméstica, que buscaram o abrigo para garantir a vida, são protagonistas. Decidir se encaminhar a um órgão estatal, de endereço sigiloso, sem

---

<sup>1</sup> O artigo apresenta resultados preliminares da dissertação de Mestrado, ‘Protagonismo das Mulheres Usuárias da Casa Abrigo Aryane Thaís: acesso à informação e empoderamento’, qualificada no mês de maio 2019, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).

contato com familiares e amigos (as), por um período de tempo, significa tomar posição protagonista em relação ao machismo e à misoginia e salvaguardar a própria vida.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa tem caráter descritivo, com abordagem qualitativa, para cujo desenvolvimento foi utilizado como estratégia de pesquisa o estudo de caso, pois possibilita que o/a pesquisador/a conheça, descreva e compreenda, com mais profundidade e detalhamento, um fenômeno (GIL, 2002). A pesquisa documental foi empregada para coletar os dados nas fichas de atendimento da Casa Abrigo e a entrevista em profundidade com usuárias. O estudo foi ambientado na Casa Abrigo (CA), e as interlocutoras são mulheres que acessaram o órgão. As entrevistas foram realizadas em local sigiloso, num ambiente externo à Casa, com escolta policial para preservar a segurança das mulheres. Para fins deste artigo, apresentam-se os dados qualitativos com relatos de três mulheres, identificadas com o nome de flores: (E1) Rosa, (E2) Margarida e (E3) Lírio. Para analisar os dados, recorreu-se à análise de conteúdo de Bardin (2010).

### **4 CAMPO DA PESQUISA: Casa Abrigo**

A Casa Abrigo é uma moradia protegida, temporária, com atendimento integral, destinada às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, em iminente risco de morte. Foi implantada, em 2011, pelo governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). Tem caráter sigiloso e é monitorada 24 horas por policiais, para garantir a segurança das mulheres e das profissionais. Tem capacidade para abrigar 20 mulheres e 10 crianças e/ou adolescentes. O período de abrigamento é de até 90 dias, prorrogável por igual período, depois de avaliação da equipe. As mulheres são encaminhadas por outros serviços da rede de proteção, quando não há alternativa para garantir sua vida. Antes de serem admitidas, elas são entrevistadas pela equipe e passam por uma triagem. Para isso, devem estar munidas do Boletim de Ocorrência (BO), que é um requisito condicionante para o abrigamento. Quando acompanhadas por crianças e adolescentes, é obrigatório um relatório do Conselho Tutelar. A CA conta com uma equipe com duas coordenadoras, uma equipe multidisciplinar (advogada, assistente social, educadora, arte-educadora, psicóloga e enfermeiras); uma equipe administrativa (agente

administrativa, motoristas, cozinheira, auxiliar de serviços); e uma equipe de segurança, composta de policiais militares. Oferece atendimento integral às mulheres e aos seus/suas filhos/as, objetivando promover condições de (re) inserir a mulher na sociedade.

## **5 RESULTADOS PARCIAIS**

No período de 2011 a 2018, já abrigou 164 mulheres e 248 crianças e adolescentes. Em geral, as mulheres acessam a casa com seus (as) filhos (as), para proteger sua vida e a deles (as), também atingidos física e emocionalmente pela violência doméstica. Para traçar o perfil das mulheres abrigadas de 2011 a 2018, realizou-se uma pesquisa documental nas fichas de atendimento. Os resultados indicaram que 80% das mulheres estão na faixa etária de até 40 anos; 47,4% tinham apenas o ensino fundamental incompleto, e 46,2% sobrevivem com até um salário mínimo. No tocante à situação conjugal, o estudo mostrou que 65,4% estavam casadas ou em união estável; 24,4%, solteiras; e 6,4%, separadas, divorciadas e desquitadas. Percebeu-se a imbricação das violências física, sexual, psicológica, moral e patrimonial sofrida pelas mulheres, tipificadas pela Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. No tocante à etapa qualitativa da pesquisa, apresentam-se relatos de três interlocutoras, com os seguintes perfis:

- Rosa tem 25 anos, identifica-se como parda, tem três filhos(as), cursou o ensino fundamental incompleto e percebe uma renda individual menor do que um salário mínimo (SM). Foi vítima de tentativa de feminicídio por meio de socos, pauladas e ameaça de morte.

- Margarida tem 39 anos, autoidentificada como morena, separada, com dois filhos(as); é agricultora, cursou o ensino médio completo e percebe uma renda individual menor do que um salário mínimo. Sofreu tentativa de feminicídio por meio de enforcamento.

- Lírio tem 48 anos, três filhos (as), autoidentificada como parda, em união estável, com ensino médio completo e renda individual menor do que um salário mínimo. Sofreu tentativas de feminicídio do companheiro há mais de 15 anos, por meio de facadas, ameaças e estupros.

### **5.1 Sentidos sobre a violência doméstica antes da mediação da Casa Abrigo**

A realidade de mulheres que vivem em situação de violência ultrapassa a dor de uma agressão física. São 'dores da alma', que refletem na autoestima, no desempenho de atividades diárias, na saúde e, em muitos casos, na vontade de viver.

“[...] antes de eu tá na casa abrigo, que eu tava com o pai dos meus meninos, eu me sentia pra baixo, uma pessoa triste, sem vontade de pentear o cabelo, de se arrumar pra sair.” (Rosa).

“Eu me sentia muito mal, sabe? Eu fiquei tipo assim, tipo uma depressão, às vezes, ficava até sentindo falta de ar.” (Margarida).

“Ele agredia quebrando as coisas, com muito nome, botando eu pra baixo, muita pressão psicológica, também com violência, quebrando tudo, na cama na hora daquele momento ele mordida minhas costas, cheio de demônio, cheio de cana [...] Eu fiz a denúncia por debaixo dos panos.” (Lírio).

Depreende-se dessas falas que as mulheres viviam aprisionadas a relações de poder que não lhes permitiam viver de forma plena. Segundo Gomes (2019), o agir é um elemento mobilizador de transformação e, para essas mulheres, a busca por ajuda, mesmo que de forma silenciosa, com medo, evidencia a tomada de posição para salvaguardar a vida.

## **5.2 Vivência na CAAT**

Deparar-se com as privações que um abrigo oferece não é simples e familiar para alguém que possui/possuía um lar, uma família, um trabalho, uma rotina. No entanto, há uma razão maior para que esse lar, que acolhe mulheres, todas com risco de morte, represente para elas a “luz no fim do túnel”, a esperança de continuar vivendo.

“[...] eu tô achando bom! Tô gostando, que tá vindo outras abrigadas que eu posso trocar conversa, posso contar minha história, como elas podem contar as delas, a gente pode perguntar pra tirar experiências novas. [...] faz com que a pessoa aprenda a não passar por aquilo de novo [...]” (Rosa).

“[...] Já tenho uma nova visão do que seria a violência.” (Margarida).

“[...] voltei a ser assim, eu mesma, porque quando eu cheguei lá, eu cheguei com a pressão muito psicológica que botava eu muito pra baixo, eu não me lembrava mais que eu existia, só cuidava dele e dos três filhos, lutava só pelos 3 filhos e pra ele e eu? me esquecia de mim.” (Lírio).

Gomes (2019, p. 16) afirma que “a apropriação da informação é sustentáculo do processo de conscientização, de domínio do conhecimento e de exercício da crítica, elementos essenciais à constituição do sujeito protagonista”. Concebe-se a CA como uma unidade informacional, e a equipe, como mediadora da informação, visto que delineiam ações informacionais conscientes. A equipe promove oficinas, rodas de diálogo, exibição de filmes e atividades de leitura, visando contribuir para subverter a situação de violência. Constatou-se a importância da leitura como parte intrínseca do processo de apropriação da informação (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2008).

“A gente lê livros, lá tem meio mundo de livros.” (Rosa).

“Eu nem gostava de ler, comecei agora dentro da casa, por conta da menina lá que me oferecia um livro, aí eu me interessei e comecei a ler, terminei de ler um pequenininho, já comecei até ler outro.” (Margarida).

“Lá eu lia, eu li uns quatro livros ou cinco.” (Lírio).

### 5.3 Percepções das mulheres depois do processo de apropriação da informação na CAAT

A experiência de conviver em um abrigo, com pessoas que se encontram na mesma situação, propicia, mesmo que em contexto doloroso, a cumplicidade, a troca de saberes e o desejo de superar as dificuldades. Por meio da mediação da informação, durante o acolhimento, as mulheres se fortalecem. Imprescindível ressaltar que o processo de ressignificação de padrões hegemônicos de gênero e o empoderamento para enfrentar a violência doméstica não acontecem de forma imediata, linear e acabada. As experiências são plurais, condicionadas por dialéticas dinâmicas sociais, culturais e subjetivas. Segundo Almeida Júnior e Bortolin (2008), a apropriação da informação é uma ação que pressupõe alteração, transformação e modificação no conhecimento dos sujeitos, não apenas uma ação de consumo, mas também de produção. Os relatos apontam os impactos sociais e emocionais que a experiência na Casa Abrigo proporcionou:

“[...] depois que passei pela Casa Abrigo, a primeira vez eu disse assim: Poxa, eu agora aqui eu posso fazer o que eu quiser, eu posso cantar, eu posso me sentir livre, eu posso brincar, eu posso conversar, que eu sei que não vai ter ninguém pra me interromper, pra me xingar, pra fazer nada comigo.” (Rosa).

“Eu sou uma mulher, uma nova mãe, uma pessoa que aprendeu muito com a violência, apesar de ter vivido dez anos com o agressor, ter sofrido muito. Eu posso dizer que eu sou muito vitoriosa!” (Rosa).

“A gente fica mais forte, e eu indicaria a outras mulheres que pudessem passar. [...] graças a Deus, eu não sou mais aquela mulher de antes.” (Margarida).

“[...] lá elas dão a asa que a gente não tem pra voar. Digamos assim, que a gente chega, não tem aquela asa pra voar, e lá o abrigo fornece essa asa pra você ser livre pra voar, entendeu? “Hoje, eu me reconheço como uma mulher, como uma profissional. Hoje, eu sou uma pessoa capaz, apesar de ainda ter errado, mas eu tenho a consciência de que eu sou capaz.” (Lírio).

Os relatos corroboram as enunciações de Gomes (2019, p. 57) de que, por meio da ação mediadora, surge a “possibilidade de desenvolver o autoconhecimento, que permite o alcance da consciência quanto aos limites e às potencialidades, aumentando a probabilidade do desenvolvimento de estratégias bem-sucedidas de superação”.

## 6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A informação, como conhecimento em estado de compartilhamento, contribui para desenvolver o protagonismo das mulheres que tiveram acesso à Casa Abrigo. A troca de experiências e a relação dialógica possibilitam que tanto as usuárias quanto os(as) profissionais se situem como protagonistas no enfrentamento da violência doméstica. A mediação da informação é substrato do processo de empoderamento das mulheres, por proporcionar a geração de conhecimentos que subsidiam as mulheres para enfrentarem a situação de violência. Os relatos das interlocutoras evidenciam que as ações mediadoras, consubstanciadas na e pela Casa Abrigo, trouxeram esperança para uma nova forma de viver, de se enxergar, de agir socialmente. Assim, abordar o protagonismo social das mulheres, no campo da CI, potencializa o caráter social da informação, intrinsecamente voltado para valorizar a vida cidadã, com foco no respeito, na inclusão e na cidadania.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antônio de. A produção social do conhecimento na sociedade da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 11-18, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1829>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. *In*: SILVA, Terezinha Elisabeth da (org.). **Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2008, p. 67-86.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BORGES, Elinielle Pinto; OLINTO, Gilda; LETA, Jacqueline. Gênero, ciência e contexto regional: reflexões sobre resultados acadêmicos da Pós-graduação no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. p. 3557-3576. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/handle/123456789/825>. Acesso em: 09 ago. 2019.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4048>. Acesso em: 13 jul. 2019.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out, 2004. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05\\_biblioteca/acervo/morado\\_info.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca/acervo/morado_info.pdf). Acesso em: 25 jun. 2019.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Biongivanni. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, dec. 1999.

TAVARES, Márcia Santana; SARDENBERG, Cecília M. B.; GOMES, Márcia Queiroz de C. Feminismo, estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres: monitorando a Lei Maria da Penha. **Labrys Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, jun./dez. 2011. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/lei%20MP.htm>. Acesso em: 15 jul. 2019.